

# **Softwares livres nas organizações públicas no Brasil: a implantação do BR Office Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e no Serpro**

## **Resumo**

Este artigo discute o uso do software livre nas organizações públicas do Brasil com o intuito de verificar se sua adoção como estratégia administrativa propicia a economia dos gastos. Para a realização deste trabalho, estudamos o caso de implantação do Br Office no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e no Serpro. Os resultados indicam que a adoção do software livre proporcionou redução de custos.

Palavras chave: Software Livre, Organizações Públicas, Economia

### **1. Software Livre, organizações públicas e economia**

O presente trabalho tem como objetivo analisar o uso de software livre em organizações públicas sob a hipótese de que sua adoção gera, de fato, economia para a instituição. Para isso, é importante entender o conceito de software livre, cuja criação remete à ideia “garantia da liberdade do usuário de executar, copiar, distribuir e aperfeiçoar um programa de computador” (Brasil, 2007, pg 5), em que a ideia de liberdade reside nos seguintes pilares: “A liberdade de executar o programa, A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades, A liberdade de redistribuir cópias, e A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos” (Brasil, 2007, pg 5),

É atribuído ao uso do Software Livre diferentes benefícios, contribuindo para a melhoria da gestão tecnológica do ambiente corporativo. Dentre eles, pode ser atribuído a ausência do custo de licenciamento para a obtenção do software, mão de obra qualificada e disponível e a independência tecnológica, na medida em que a instituição não fica dependente de um único fornecedor, ou das variações do mercado externo. (Brasil, 2007)

Um dos softwares livres o qual tem sido bastante utilizado no Brasil, principalmente em instituições públicas, é o BR Office. Ele consiste num conjunto de aplicativos que contém: editor de textos, planilha eletrônica, editor de imagens, editor de apresentação, gerenciador de banco de dados, e editor de desenho vetorial.

## 2. Metodologia

A hipótese do nosso trabalho, como dito anteriormente, consiste em verificar se um dos principais motivos para a implantação do software livre, no caso o BR Office, reside no intuito de reduzir os custos para a instituição. Verificaremos se de fato essa redução ocorreu, a partir da análise dos estudos de caso de implantação do BR Office na análise do documento que retrata a implantação do BR Office no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e no Serpro, disponibilizados pelo portal do software livre do governo federal.

## 3. Análise dos dados e resultados

Para calcular a economia gerada pela migração para o BR Office o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região primeiramente estimou o que seria gasto em aquisição de licenças para novos computadores caso a migração não tivesse iniciada para os anos seguintes a 2004 quando o processo se iniciou. O resultado é retratado na tabela abaixo.

Somando-se o valor de R\$ 494.900,00, que era o custo das licenças dos computadores já existentes, estimamos um valor de pouco mais de 1 milhão de reais que seria gasto em licenças.

**Tabela 1. Estimativa de custo de licenciamento Microsoft Office para os equipamentos adquiridos em licitações após 2005**

<i>Ano</i>	<i>Quantidade Total</i>	<i>Custo do Microsoft Office</i>	<i>Total</i>
2005	295	R\$ 707,00	R\$ 208.565,00
2006	300	R\$ 707,00	R\$ 212.100,00
2007	320	R\$ 707,00	R\$ 226.240,00
		<b><i>Total Geral</i></b>	<b>R\$ 646.905,00</b>

*Fonte: Brasil: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 2007, pg34.*

Comparando esse valor com o investido em treinamento, consultoria e suporte no processo de migração, na tabela abaixo, é perceptível a discrepância do custo de software livre e prioritário.

**Tabela 2. Valor investido em consultoria, treinamento e suporte para migração (2004-2005)**

<i>Ano</i>	<i>Valor</i>
2004	R\$ 11.500,00
2005	R\$ 7.320,00
2006	R\$ 12.380,00
2007	R\$ 6.000,00
	<b>R\$ 37.200,00</b>

*Fonte: Brasil: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 2007, pg34.*

Em valores absolutos, a economia real é estimada na tabela abaixo:

**Tabela 3. Cálculo de economia na migração para o BrOffice.org em comparação com o Microsoft Office (2004-2007)**

<i>Ano</i>	<i>Valor</i>
Custo estimado do licenciamento do pacote Microsoft Office nos novos equipamentos 2005-2007 (A)	<b>R\$ 646.905,00</b>
Custo estimado do licenciamento do pacote Microsoft Office completo nos equipamentos antigos até 2004 (B)	<b>R\$ 494.900,00</b>
Investimento em consultoria externa de desenvolvimento, treinamento e suporte (C)	<b>R\$ 37.200,00</b>
Resultado econômico do projeto (= A + B - C)	<b>R\$ 1.104.605,00</b>

*Fonte: Brasil, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 2007, pg35.*

No caso do Serviço Federal de Processamento de Dados (Sepro), apesar de conseguirem implementar o BrOffice de forma satisfatória, algumas máquinas ainda possuem software prioritário (MS Office Professional 2007). Entretanto com a informação de que existem 3495 computadores com o software instalado podemos criar uma estimativa da seguinte forma:

- Caso essas máquinas fossem instaladas com uma versão upgrade do MS Office Professional 2007, cujo o preço, na época era de 999,00 reais, estima-se uma economia de 3.491.505,00 reais

- Da mesma maneira, se fosse instalada a versão full do MS Office Professional 2007 cujo preço era de 1299,00 reais, teria um gasto de 4.540.005,00 reais.

#### **4. Considerações Finais**

Com base no presente estudo examinamos a economia gerada por duas instituições que adotaram o BR Office em substituição aos softwares proprietários. A magnitude dos resultados econômicos proporcionado pela migração entre os softwares é o principal atrativo para que essas e muitas outras instituições governamentais migrem e adaptem a uma nova forma de gerenciar informações. Torna-se importante ressaltar que existem razões de ordem técnicas (estabilidade, performance e segurança) e razões estratégicas (alinhamento com as políticas governamentais) que favorecem um desdobramento pró-softwares livres nas empresas públicas e privadas, mas a sua operacionalização se dá principalmente por induções econômicas.

Por outro lado, a assertiva de que sempre obteremos ganhos econômicos com as substituições dos softwares pagos pelos softwares- livres em órgãos públicos pode-se incorrer em um grave erro de avaliação, pois, dependendo da estrutura a ser modificada, os custos operacionais dos softwares- livres serão maiores que os custos operacionais dos softwares proprietários – é sempre uma questão de análise da relação custo x benefício.

#### **Referências Bibliográficas**

BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho, da 4ª Região. Secretaria de Informática Estudo de Implantação do pacote de aplicativos BrOffice.org na Justiça do Trabalho da 4ª Região, 2007. Disponível em [http://www.softwarelivre.gov.br/casos/casos/estudo\\_brofficeorg\\_na\\_justica\\_do\\_trabalho.pdf](http://www.softwarelivre.gov.br/casos/casos/estudo_brofficeorg_na_justica_do_trabalho.pdf). Acesso em 31/10/2011

BRASIL, Software Livre no Governo do Brasil. Disponível em <http://www.softwarelivre.gov.br/>. Acesso em 31/10/2011

SERPRO, Serviço Federal de processamento de dados. Histórico do Software Livre - BrOffice.org no SERPRO. Disponível em: <http://www.softwarelivre.gov.br/casos/serpro/adocao-do-broffice-no-serpro>. Acesso em 31/10/2011